

Cheguei ao Rio Grande do Sul pela primeira vez no ano 2000, atendendo a um convite para trabalhar durante quatro meses em Porto Alegre. Uma das primeiras pessoas gaúchas que conheci, para minha surpresa, era uma jovem mulher negra. A surpresa se devia ao fato de que, para quem vem do Nordeste, tem-se a idéia de que aqui no Sul do Brasil não há pessoas negras. O nome da jovem mulher negra é Carla, e pouco tempo depois nos tornamos grandes amigas. Foi ela quem me ajudou a conhecer um pouco mais da história rio-grandense pouco registrada. Cheguei ao Sul pensando que o povo gaúcho tinha descendência alemã ou italiana, e sequer sabia da presença lusitana. Carla logo me ajudou a perceber que a idéia preconcebida de que na Região Sul só há pessoas brancas com descendência europeia era um equívoco.

Talvez isso se deva aos regionalismos no estudo da história brasileira, mas certamente se pode des-

confiar dos interesses de quem fez o registro dessa história. Pois é de se imaginar que se cada região aprendesse um pouco sobre a história das demais, saberíamos que a presença do povo negro sob o regime vergonhoso da escravidão é responsável por grande parte do crescimento de muitas cidades, dentre elas a que foi chamada a “Princesa do Sul”: Pelotas.

Em Pelotas participei de alguns seminários sobre o tema combate ao racismo e pude ouvir testemunhos tocantes de pessoas negras, cuja ancestralidade bem recente, ou seja, bisavós, avós, mães e pais, e até mesmo algumas delas sofreram discriminação por sua cor. Ancestrais esses responsáveis pela boa fama de Pelotas como “Princesinha do Sul”, com seus casarios luxuosos e requintados, cujas famílias mandavam seus filhos estudar na Europa, donde posteriormente se constrói outra idéia preconcebida: de que os homens de Pelotas são efeminados. O fato é que alguns dos jovens voltavam da Euro-

pa falando educadamente e usando trajes de seda e outros tecidos da moda europeia. Tudo isso às custas do suor cansado de escravos e escravas que trabalhavam duramente nas charqueadas. Precisei vir ao Sul para descobrir que ao menos 13% da população gaúcha é negra e que Pelotas é a maior cidade em percentual de pessoas negras no Estado do Rio Grande do Sul.

Tem-se registro da presença do povo negro no Rio Grande do Sul desde o início de sua colonização, no século XVIII, por volta do ano de 1737, com a fundação do forte de Jesus-Maria-José, na que é hoje a cidade do Rio Grande. E é a partir daí que o povo negro participa das mais variadas atividades da então Província, como registra o professor Norton Figueiredo Correa, pesquisador da história das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul por mais de 20 anos.² Atividades como: criação de gado, transporte de cargas, guerras e revoluções, mercado de trabalho urbano em geral (artesanatos, serviços públicos e domésticos), agricultura, mas, sobretudo nas charqueadas. Entre o final do século XVIII e início do século XIX,

as charqueadas, espalhadas por todo o Estado, mas concentradas principalmente em Pelotas, tiveram o período de maior sucesso. Foi quando o número de pessoas negras na população rio-grandense aumentou, chegando a um percentual de cerca de 30%. Como registra Norton: “A riqueza que a mão-de-obra escrava produziu, em seu todo e ao longo do tempo, na verdade construiu a economia do Rio Grande do Sul”. Mas esse fato é pouco conhecido, como ele mesmo afirma:

Isso, entretanto, reflexo do forte racismo ainda reinante, é geralmente escamoteado pela história oficial, que prefere atribuir unicamente ao imigrante alemão e italiano o crescimento econômico regional. O que estes "historiadores" não dizem é que quando o imigrante chega, de 1824 em diante, encontra uma economia em franco andamento com estradas, cidades, transportes um Estado politicamente organizado, em suma contando, até então, quase que exclusivamente com a mão-de-obra negra.³

Esse relato certamente colabora na conscientização de que recuperar a memória da participação do povo negro na História é fundamentalmente importante para corrigir equívocos ensinados na história que aprendemos nas escolas, mas também, e principalmente, como reparação ao povo negro. Reparação aqui como um dos tipos relatados pela UNESCO BRASIL (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em seu pronunciamento datado de 11 de dezembro de 2002, no “Seminário Educação e Racismo no Brasil: Avaliação e Desafios no pós-Durban”, entendida também como “o dever de memória”⁴:

Nas pesquisas da UNESCO no Brasil, se insiste na importância de conhecer o fato, sim, mas considera-se que indagar mais como esse é percebido e representado, é vetor mais complexo necessário, pois é com valores, formas de conhecimentos e de sua construção que se produz ou se "deconstrói" lugares-comuns, estereótipos, pre-conceitos não assumidos, ver-

dades frágeis que muitas vezes são transmitidas por uma pedagogia museificada, de costas para sentimentos, vivências e expressões de criatividade.

A presença negra no Estado é muito perceptível desde uma breve caminhada no Centro da Capital, bem como também em visitas às instituições municipais de Porto Alegre. Em visita à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, por exemplo, fiquei surpresa com a quantidade de pessoas negras que lá trabalham, inclusive em cargos de chefia. O mesmo se deu quando conheci o diretor do Museu de Porto Alegre e também a Fundação de Assistência Social e Cidadania. Surpreendeu-me saber que pessoas negras aqui ocupam cargos de liderança certamente porque tiveram, dentre tantas sem a mesma sorte, acesso ao estudo em seus diversos níveis, coisa ainda muito incomum a muita gente brasileira, sobretudo pobre e negra.

Sou mulher negra, brasileira, nordestina, pernambucana e pobre, mas como algumas das pessoas que me causaram surpresa,

tenho o privilégio hoje de estar cursando um mestrado. Sinto-me privilegiada, é claro, mas compreendo que privilégio tem um correspondente: a responsabilidade. Sinto-me responsável por conhecer mais da nossa história para partilhá-la com outras pessoas, para que cada vez mais possamos nos aproximar de um fazer histórico mais consciente, sem omitir fatos importantes para a compreensão do que vivemos hoje.

Nosso saudoso Darcy Ribeiro, antropólogo ilustre, em seu livro *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, ajuda-nos a resgatar muito da história que se perdeu (ou que não se quis registrar), quando descreve a gestação étnica brasileira desde sua formação inicial. “[...] o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se faz, como por sua introdução sorrateira mas tenaz e continuada, que remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes.”⁵ Quantas pessoas têm consciência dessa afirmação?

Certamente é chocante ver, nos jornais televisivos ou mesmo

escritos, fatos que fazem emergir do subterrâneo cotidiano atitudes de preconceito e racismo. Quem não se entristece ao ler que uma pessoa foi morta porque, sendo negra, foi confundida com um marginal? E o pior, não nos enganemos, que ninguém tem isenção de desconfiar de uma pessoa negra e pobre que se aproxima de qualquer de nós. Isso está no inconsciente coletivo: “se é negro/a, pode ser marginal”, e isso muitas vezes é o que paira no olhar e no gesto de muitas pessoas.

Uma das características do racismo em nosso Brasil é a negação da existência do racismo em nossas terras. Faço minhas as palavras da diretora executiva da “Fala Preta!”, Organização de Mulheres Negras, a educadora popular e pedagoga Gláucia Matos: “É preciso acabar com a farsa de que vivemos numa democracia racial”, protestou. “O racismo no Brasil é um fato destruidor, que precisa ser enfrentado pela sociedade, pelo Estado e pelo poder público, pois temos uma combinação de ações violentas contra a população negra, especialmente contra jovens negros, que são levadas a cabo pelo aparelho do Estado atra-

vés da polícia e do Poder Judiciário.”⁶

Está mais do que na hora de trabalharmos com os diversos saberes para nos ajudarem a lidar com essa questão "tabu" ainda em nossos dias. Vejamos o que dados estatísticos de uma pesquisa, por exemplo, dizem-nos sobre a discriminação no Brasil:

“Conforme dados do Ipea, de 1999, a população negra representa mais de 64% dos 53 milhões de pobres do país, sendo que 69% destes são indigentes. O analfabetismo atinge 25% da população negra e 10% na população não-negra; no ensino superior os negros ocupam apenas 2% das vagas, enquanto 98% são ocupadas por não-negros; 52% dos domicílios ocupados por famílias negras não possuem saneamento básico, contra 28% dos domicílios ocupados por brancos; 63% das crianças que trabalham indevidamente no País são negras e 37%, não-negras. O trabalho escravo, o subemprego e o

desemprego afetam em maior índice os brasileiros afro-descendentes; quanto aos salários, as mulheres negras ganham menos que as mulheres brancas, estão na base da pirâmide da exclusão social e da miserabilidade da população brasileira. Fonte: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.”⁷

Também vale a pena conferir a pesquisa feita por Maria Aparecida Silva Bento, psicóloga social pesquisadora da USP, diretora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Diversidade, Ceert, e educadora especializada na área de relações raciais, cujos resultados foram publicados em seu livro *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*, pela Editora Ática.⁸ Pois além de nos ajudar a perceber como a dissimulação do racismo está arraigada em nosso cotidiano, também nos abre os olhos para a importância da psicologia no avanço de estudos sobre esse tema, quando afirma, por exemplo: “A história da psicologia está muito mesclada com isso, tem um forte viés racial.

Os manicômios surgem justamente com a abolição da escravatura e eram povoados por negros. Fonte: Conselho Regional de Psicologia de SP”.⁹

Para que tenhamos uma educação inclusiva, se faz cada vez mais necessária a integração dos diversos saberes. E como também se lê no pronunciamento da UNESCO, já citado antes: “[...] persiste o desafio por reflexão sobre como a educação e cultura, e, em especial, a escola, podem colaborar contra racismos e discriminações”¹⁰. Com essa reflexão fica o desejo de que se torne cada vez mais possível a construção de uma educação cada vez mais avessa a racismos e intolerâncias, considerando a riqueza que é a diversidade étnica e racial presente em todo o nosso grande Brasil, aproximando-nos da realização de “um outro mundo possível”, onde o respeito às diferenças será protagonista do fazer pedagógico mais criativo e humanitário.

Notas

1 Diácona da Diocese Anglicana de Pelotas, Diretora do Departamento de Missão da Secretaria Geral

da IEAB, mestranda em Teologia – na área Religião e Educação na EST, docente de Missiologia no Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke (SETEK), em Porto Alegre/Rio Grande do Sul.

2 Conferir o capítulo 1 do livro *As Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul*, organizado por Ari Pedro Oro.

3 Ibid.

4 Ver site: www.unesco.org.br/noticias/opiniao/index/index_2002/pos_durban/mostra_documento

5 RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro*, p. 114.

6 Extraído do site: http://www.feranet21.com.br/acontecimentos/sociedade/racismo_no_brasil.htm, às 11 h 37 min do dia 10 de setembro de 2004.

7 Ibid.

8 Ibid.

9 Ibid.

10 Ver site www.unesco.org.br/noticias/opiniao/index/index_2002/pos_durban/mostra_documento